

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL - POCTEP 2014-2020, E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS AMBIENTAIS

RESUMO

NOVEMBRO 2019

RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO
VERSÃO TRADUZIDA

CONSIDERA

1 INTRODUÇÃO E RESENHA METODOLÓGICA

O Programa Interreg V-A Espanha Portugal (POCTEP) 2014-2020, aprovado pela Comissão Europeia por meio de a Decisão C(2015) 893 de 12/02/2015, modificou-se através da Decisão de Execução da Comissão de data 23 de novembro de 2016, e pela Decisão de Execução da Comissão C(2018) 282 de 16 de janeiro de 2018.

A avaliação da eficácia e eficiência do POCTEP 2014-2020 procura analisar, incluindo de modo transversal a incorporação da perspectiva de género no POCTEP, os seguintes aspectos:

- Procedimentos para a implementação do POCTEP e identificação de áreas de melhora.
- Beneficiários e agentes chaves do território.
- Aspectos ambientais de modo que possam ajudar a uma adequação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).
- A estratégia de Comunicação, objeto de um relatório independente.

Embora se revisaram as três convocações vigentes, a análise em profundidade realiza-se para a Primeira Convocatória, considerando que são os projetos com um nível de execução significativo.

De acordo com os tipos de avaliação, aplicou-se a seguinte combinação de técnicas: análise documentário e trabalho de campo:

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA		
Universo	Estabelecem-se os seguintes perfis de agentes informantes chave: <ul style="list-style-type: none">• Autoridade de Gestão• Secretariado Conjunto• Unidades de Coordenação	
Data de realização	Prevista: 24-27 setembro de 2019	
QUESTIONÁRIO A BENEFICIÁRIOS		
Universo	BP dos projetos aprovados na 1era convocatória= 134	Beneficiários dos projetos aprovados na 1era convocatória= 370
Tamanho amostral	105 BP	216 Beneficiários
Questionários	Questionários on-line. Enviados por correio eletrônico do 9 ao 20 de setembro de 2019	
QUESTIONÁRIO A AGENTES CHAVE		
Universo	Agentes consultados na fase de elaboração do POCTEP 2014-2020 para preencher os indicadores ambientais.	
Questionários	Questionários on-line. Enviados por correio eletrônico do 20-25 setembro de 2019.	

Para a análise da informação os dados procedentes das diversas técnicas usadas são triangulados, procurando isolar e eliminar a distorção que a investigação qualitativa tem. Utilizaram-se as seguintes ferramentas metodológicas:

- Técnicas de análises do discurso
- Técnicas estatísticas de análises

ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO POCTEP

O objetivo de este tipo de avaliação é contribuir a otimizar e simplificar os mecanismos de gestão e reduzir a carga administrativa das entidades implicadas com o fim de que os esforços se centrem na execução técnica dos projetos, para a consecução dos objetivos do Programa.

No processo de implementação do POCTEP identificam-se as seguintes fases chave:

Processo de convocatória

O processo de convocatória inicia-se com a elaboração de baseie-las reguladoras e sua divulgação, e finaliza uma vez que as entidades temn apresentado as solicitações de ajuda para os projetos.

Considera-se que os instrumentos do POCTEP são apropriados e adequados para promover o desenvolvimento de iniciativas alinhadas aos objetivos da estratégia europeia de cooperação trans-fronteiriça, e que existe uma alta correlação entre os âmbitos de ajuda e as necessidades reais das entidades, o que se reflete nos resultados dos projetos.

A divisão orçamental por eixos do POCTEP igualmente é coerente com a estratégia de cooperação transfronteiriça como motor do desenvolvimento territorial, e com os requisitos de concentração temática, o que se reflete em alta demanda de solicitações de projetos em todos os Eixos do POCTEP.

Em relação ao desenho dos instrumentos do POCTEP aconselha-se revisar a possibilidade de *especificar as necessidades do território para centrar os projetos e implicar à população da fronteira*.

Por outro lado, considera-se que têm tido uma adequada cobertura as atividades de comunicação e divulgação do Programa, especialmente as realizadas pelo Secretariado Conjunto (SC) e das Unidades de Coordenação (UC), e que as atividades de lançamento e formação têm facilitado a preparação das candidaturas projetos. Neste âmbito as áreas de melhora indicadas são as seguintes:

- Realizar atividades de lançamento em todas as convocações.
- Repensar o planeamento das atividades para garantir uma maior assistência, procurado formatos mais flexíveis que permitam a participação a distância.
- Dotar de mais recursos tutoriais *on-line* para evitar a dificuldade de ir às sessões presenciais e poder revisar dúvidas em qualquer momento.

O resto dos elementos relativos ao processo de convocatória têm sido avaliados positivamente pelas UC e parte dos beneficiários principais (acesso à documentação, requisitos, prazos e mecanismos emendáveis), a exceção da complexidade administrativa e a funcionalidade da plataforma Coopera 2020.

Em general, e tendo em conta que a questionário se realizou só aos BP da primeira convocatória, verifica-se uma aceitação média da ferramenta, sobretudo os problemas de funcionamento.

Os aspectos que deveriam revisar a esse respeito são os seguintes:

- Redução do carga burocrática simplificando a gestão administrativa da tramitação, que afeta especialmente a agentes do meio rural ou pequenas entidades.
- Uma maior flexibilidade, sobretudo em relação ao orçamento dos projetos.
- Melhoras para a apresentação dos projetos: plataforma.

Por último, o apoio das estruturas de gestão, tanto por parte da SC como das UC, para solucionar as dúvidas e problemas que se tiveram durante a fase de apresentação das candidaturas dos projetos tem sido avaliados muito positivamente especialmente porque garantiu que se pudessem apresentar em tempo e forma.

Seleção de projetos

A fase de seleção de projetos começa com a avaliação das solicitações apresentadas pelas entidades, e finaliza com a comunicação dos projetos aprovados aos beneficiários.

Os resultados da questionário realizada aos beneficiários mostram a satisfação das entidades com a objetividade, clareza e facilidade de interpretação dos critérios de avaliação dos projetos com respeito aos critérios estabelecidos¹.

As áreas de melhoras ainda indicadas referem os seguintes aspectos:

- Incentivar projetos que incluam agentes representativos da fronteira que proponham ações que mostrem a importância do território.

¹ Para a avaliação das candidaturas conta-se com o documento de apoio “Avaliação de candidaturas: Orientações para as unidades de coordenação e o secretariado conjunto. Critérios de avaliação de qualidade”.

- Dar maior relevância ao carácter inovador dos projetos e a adequação das directrizes de desenvolvimento territorial.
- Incluir boas práticas para a integração eficaz dos princípios horizontais de igualdade de oportunidades e desenvolvimento sustentável.

Em relação com a resolução da convocatória, a principal demanda de todos os agentes é a melhora nos tempos, para que a demora não repercuta na viabilidade e alcance dos projetos, e tratar de estabelecer uma previsão dos prazos de avaliação para ajustar o planeamento dos projetos, principalmente no caso de ser necessário realizar alguma modificação.

Há que ter em conta, além do volume de solitações apresentadas, decidiu-se que muitas das condições de admisibilidade pudessem ser objeto de correção, requerendo uma verificação manual que atrasou o processo, e que se limitaram as causas de admisibilidade mudando muitos elementos de avaliação a critérios de qualidade.

Também, propõe-se melhorar os relatórios de avaliação das candidaturas para poder dispor de uma informação mais clara e detalhada que contribuam a melhorar futuras propostas.

Respeito ao sistema de notificação, há bastante acordo (mais de 85% dos BP); sobre sua adequação, embora algumas entidades sugerem reforçar este processo para evitar atrasos ou indecências que possam afetar aos projetos, sobretudo na fase em que se podem fazer requerimentos de correção.

Gestão e acompanhamento dos projetos

A última fase corresponde-se com a gestão e acompanhamento dos projetos aprovados que começa quando se assina o Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal, e finaliza quando se certifica e liquida a despesa co-financiada pelo programa.

O principal instrumento para a gestão dos projetos é o Manual de Gestão (junto com a guia de perguntas frequentes) que, conforme a maioria das entidades que têm respondido o questionário, facilita as tarefas execução, gestão financeira, acompanhamento e avaliação dos projetos.

Existe um consenso absoluto sobre o bom funcionamento do SC e das UC, da profissionalidade e capacidade da equipa e sua dedicação, embora se manifesta a insuficiente dotação de pessoal que repercute na capacidade para resolver os trâmites e incidências que afetam aos projetos.

Nesse sentido, um dos processos afetados é o relativo à tramitação das solicitações de modificação de projetos, que requer de um exaustivo análise antes da aprovar para verificar que as condições que motivaram a aprovação do projeto não são alteradas.

Existe um acordo maioritário entre as UC e os beneficiários sobre a necessidade de simplificar e agilizar o procedimento de solicitação e aprovação das modificações de projeto, além de flexibilizar alguns critérios para que certas alterações orçamentárias não exijam esta tramitação, pois desde o desenho à execução do projeto se produzem incidências difíceis de prever em algumas partidas de despesas².

Apesar de que a execução dos projetos se iniciasse a um ritmo inferior ao previsto, intensificouse-se na última parte do ano 2018 graças ao esforço realizado pelas estruturas de gestão do Programa, as quais têm levado a cabo um importante labor de acompanhamento, assessoramento e formação a todos os beneficiários. Destacam as atividades dirigidas a facilitar e capacitar no uso do aplicativo Coopera 2020.

Em especial, avalia-se a melhora no circuito financeiro pela sua gestão através de Coopera 2020, embora a persistência de algumas debilidades do aplicativo não permite que se obtenham todos os benefícios e que se continue com atrasos nos pagamentos que afetam à execução dos projetos.

Outra das fases chave na gestão dos projetos é seu acompanhamento e avaliação, tarefas que devem se realizar ao longo de toda a vida do projeto para garantir que se executa conforme ao previsto, e se

² Se têm recebido 252 solicitações de modificação de 129 projetos, só 5 não têm solicitado nenhuma modificação, mais as solicitações de prorrogação e atualizações de orçamentos por anualidad, que não supõem uma modificação.

atingem os objetivos propostos. Para realizar estas tarefas, o principal instrumento de avaliação são os indicadores de realização e resultados, aprovados para o POCTEP 2014-2020, e que ficam incluídos em Coopera 2020.

Em general, o esforço para a compilação de informação é avaliado como adequado pela maior parte das entidades beneficiárias, embora se detectam problemas relativos aos campos incluídos, que não sempre são os suficientes, e a desagregação da informação.

Em relação à avaliação dos projetos, na maioria dos casos algum dos parceiros do partenariado assume esta tarefa, ou bem se contrata de forma externa, sendo muito baixo a percentagem de projetos que não acometem um processo de avaliação (6,7%).

ANÁLISE DE AGENTES CHAVE NO TERRITÓRIO

A estratégia implementada através dos projetos financiados pelo Programa Interreg V-A Espanha Portugal POCTEP procura reforçar a aliança dos agentes chave por meio de a construção de partenariados que a longo prazo se comprometam para garantir a permanência e sustentabilidade da estratégia comunitária de cooperação territorial.

Para a análise da participação que tem conseguido o POCTEP 2014-2020 no território hispano luso se classificaram às entidades beneficiárias da primeira convocatória em 4 tipos principais de agentes, conforme a sua função no ecossistema territorial, e de acordo com a tipologia de entidades beneficiárias estabelecidas nas bases da convocatória de ajudas:

Tipo de Agente	Descrição	Subtipo de agente
Institucional	Instituições públicas responsáveis pela elaboração de normas e o desenho e implementação de políticas de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Administração local (Diputaciones, câmaras municipais, Consórcios, etc.) Outras administrações públicas (regionais e nacionais)
Do conhecimento e tecnológicos	Organizações que geram, transferem e põem em valor o conhecimento e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Universidades Centros de investigação e tecnológicos Parques científicos e tecnológicos
Social	Organizações de corte cultural, desportivo, vizinhal, etc., e representantes do tecido socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> Agentes socioeconómicos (agrupamentos de desenvolvimento, sindicatos, organizações profissionais, de empresas, etc.) Outros agentes sociais: culturais, desportivos, ambientais, de mulheres, etc.
Produtivo	Tecido empresarial e o empresariado	<ul style="list-style-type: none"> Empresas e agrupamentos de empresas

Análise de beneficiários do POCTEP

Os 134 projetos co-financiados na primeira convocatória do POCTEP 2014-2020 têm conseguido mobilizar a 519 agentes no território, e é a percepção generalizada que tem conseguido o envolvimento dos agentes chave.

Da tipologia de agentes, destacada a presença dos institucionais, sobretudo locais, que além disso têm tido a capacidade de impulsionar as alianças, pois o 47,8% dos projetos têm como beneficiário principal um agente institucional.

Em segundo lugar, o grupo mais numeroso de agentes na primeira convocatória tem sido os agentes sociais, cuja função é dinamizar a cooperação pública-privada e desenvolver iniciativas para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Os agentes do conhecimento e tecnológico igualmente têm uma forte presença, e é chave para a geração, divulgação e transferência do conhecimento, elemento de reforço da competitividade territorial e de sua capacidade de inovação.

Por último, a pesar da possibilidade de incorporar empresas privadas como potenciais beneficiários dos projetos, não se conseguiu uma alta cobertura no tecido empresarial. O espaço de cooperação caracteriza-se por ser uma zona deprimida em relação a volume empresarial e os tempos do programa não têm sido completamente congruentes com as necessidades das empresas.

Considera-se necessário, não obstante, fazer um esforço para conseguir uma maior participação de agentes do âmbito rural e pequenas entidades, para os que se identificam barreiras de acesso à convocatória.

Análise da estrutura dos partenariados

Os projetos, em média, constituir-se-ão com 6 parceiros, e são os mais frequentes os que se aprovam com 4 a 7 parceiros (64 dos 134 projetos) em todos os eixos do POCTEP, salvo no Eixo 4, no que os projetos se desenvolvem com partenariados mais pequenos. Em todos os eixos aprovou-se um projeto com um único parceiro, três AETC transfronteiriças e o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL).

É significativo o número de projetos que se aprovaram com mais de 7 beneficiários (43 projetos, que supõem o 32,1%), alguns com até 18 parceiros, o que revela a capacidade de criar alianças no território, a experiência e motivação para seguir participando nas iniciativas auspiciadas por Interreg, embora também a complexidade da gestão e coordenação de um grande volume de parceiros.

Na maioria dos projetos têm participado ao menos dois tipos de agentes (48,5% dos projetos), fundamentalmente do conhecimento e tecnológico junto aos institucionais, possivelmente pela ampla experiência de colaboração e apoio da administração pública ao desenvolvimento de projetos de I+D+i, e agentes institucionais e sociais, com uma forte tradição de colaboração em processos de desenvolvimento territorial.

A associação de 4 tipos de agentes, que é a que gera maiores sinergias, é a menos frequente no Programa, com tão só um 3%.

Conforme a opinião dos beneficiários dos projetos, a participação nos partenariados tem fortalecido e aprofundando as relações de cooperação entre agentes no território, a geração de novos conhecimentos, e o fortalecimento institucional.

Um dos aspectos mais avaliados tem sido a promoção da relação pública-privada, embora nesta primeira convocatória não se conseguiu incorporar de forma significativa ao tecido produtivo, principalmente pela baixa percentagem de co-financiamento, mas se estabeleceram os canais para que num futuro seja mais numerosa.

O benefício ambiental é o que se identifica com uma menor intensidade, apesar de ser um princípio transversal do programa e contar com um Eixo e dois Objetivos Temáticos focados no desenvolvimento sustentável e benefícios ambientais.

Apesar dos logros atingido, os beneficiários dos projetos entendem que poder-se-iam fortalecer a participação com ações como as seguintes:

- Reuniões presenciais entre áreas de cooperação por Eixo, para assim procurar novos parceiros e criar novas sinergias.
- Ação Transversal que ligue projetos com temáticas comuns para aproveitar a transferência do conhecimento e que não existam como entes isolados.
- Animar a participação dos agentes privados com ações de divulgação sobre os benefícios do Programa nas empresas participantes.

Análise da estrutura do partenariado por Área de Cooperação Territorial

O ACT de **Galiza/Norte de Portugal** tem concentrado a maior parte de projetos aprovados, agentes e ajuda do POCTEP (32 projetos, 232 beneficiários, e 49.211.286,78€ de ajuda aprovada). Os agentes institucionais e do conhecimento e tecnológico têm sido os mais numerosos, junto com o sector empresarial, pois participam 12 dos 33 agentes produtivos. Os partenariados têm tido um tamanho médio-grande (entre 4 e 7 e mais de 7 beneficiários), e desenvolvem projetos sobretudo enquadrados no Eixo 3.

No seguinte espaço onde mais projetos se desenvolveram é a área **Pluri-regional**, 30 projetos, 208 beneficiários e 43.222.137,47€ de ajuda pública, com maior presença de agentes institucionais e do

conhecimento e tecnológico em projetos entre 4 e 7 beneficiários e a mais de 7 beneficiários. Esta área tem gerado umas boas dinâmicas de cooperação e nodos de ação com outras regiões, especialmente pelos numerosos projetos executados no Eixo 3.

Apenas em 4 projetos Pluri-regionais participam 5 ou mais NUTS2 dispersas pelo território elegível, destacando a participação de Andaluzia, Algarve e Norte de Portugal. Em general, no resto de projetos estabelecem-se dinâmicas de proximidade, onde as alianças habituais se produzem em áreas próximas de Galiza- Norte de Portugal- Castela e Leão - Centro de Portugal, e Andaluzia- Algarve- Alentejo- Extremadura.

No ACT **Alentejo/Centro de Portugal/Extremadura** desenvolvem-se 21 projetos com 180 agentes e uma ajuda aprovada de 42.843.493,63€. Apesar do carácter rural desta área, e que as três regiões ainda se consideram “menos desenvolvidas”, conseguiram-se partenariados numerosos conformados principalmente por instituições e agentes do conhecimento e tecnológicos. Os projetos desenvolveram-se de forma equilibrada entre os quatro Eixos do POCTEP.

Na área de cooperação de **Alentejo/Algarve/Andaluzia**, executam-se 23 projetos com 143 beneficiários e 21.663.580,51€ de ajuda. Este ACT é a que integra territórios mais dispares, com zonas costeras, urbanas e rurais. A maior parte dos projetos desenvolveram-se no Eixo 3 e 1, mobilizando aos agentes institucionais seguidos dos do sistema de I+D+i em partenariados de tamanho grande (dentre 4 e 7 beneficiários e mais de 7 beneficiários).

No ACT **Norte de Portugal/Castela e Leão**, localizam-se 16 projetos, constituídos por partenariados dentre 4 e 7 parceiros, 70 agentes beneficiários e 12.572.924,77€ de ajuda aprovada. O 67,1% dos projetos desenvolvem-se com agentes institucionais e do conhecimento e tecnológico.

No ACT de **Centro de Portugal/ Castela e Leão** n é a de menor número de projetos (12) e agentes (68), e uma ajuda aprovada, 10.941.923,40€, que se desenvolveu de forma proporcional em todos os eixos do Programa em partenariados pequenos, com predomínio dos de 2-3 e 3-4 beneficiários, e maior presença de agentes institucionais e do conhecimento.

Sustentabilidade dos projetos

Um aspecto chave da participação e inter-relação dos agentes, e de seu efeito no território, é a sustentabilidade dos projetos, entendida como a possibilidade de que as mudanças que se derivem da intervenção possam perdurar no tempo e com a mesma, ou inclusive, maior intensidade.

A maioria dos beneficiários vinculam a sustentabilidade ao financiamento da União Europeia, tanto para o logro dos efeitos do projeto, como para garantir a sua permanência no tempo.

Análise da integração da perspectiva de género

A avaliação das unidades de gestão é que a integração da perspectiva de género tem sido satisfatória na fase da análise de necessidades e diagnóstico dos projetos, contribuindo informação desagregada por sexo e identificando as brechas de género existentes.

No formulário da convocatória de ajudas contempla-se o a avaliação do efeito positivo ou neutro do projeto em relação com sua contribuição à igualdade entre mulheres e homens e à igualdade de oportunidades e não discriminação. Em todos os eixos se avalia que a maioria dos projetos contribuem com um impacto positivo à igualdade de género e trato, especialmente no Eixo 2 e Eixo 1.

De esta forma, na maioria dos casos, a descrição da contribuição é geral e não concreta como os projetos melhorassem as condições para a igualdade efetiva, ou são uma declaração de intenções sobre empregar critérios para garantir a igualdade conforme à legislação vigente.

Em opinião das entidades beneficiárias, salvo a promoção do uso de uma linguagem não sexista, o resto dos elementos que asseguram que se integra o princípio de igualdade entre homens e mulheres, estão pouco desenvolvidos no POCTEP e os projetos aprovados na primeira convocatória.

ATUALIZAÇÃO DE DADOS AMBIENTAIS

Integração de critérios de sustentabilidade para a seleção de projetos

No marco 2014-2020 incorporaram-se as recomendações em relação com os critérios ambientais dos formulários de inscrição, mas existe uma maior especificidade na definição dos critérios, conforme a AAE, que ainda não se incorporou ao processo de avaliação dos projetos.

Nos formulários das candidaturas, o 91,8% dos projetos confirmam que terão efeitos positivos sobre o desenvolvimento sustentável, frente a um escasso 8,2% que acha que os efeitos serão neutros. Além disso, um 37% dos projetos desenvolvem-se em espaços incluídos na Rede Natura 2000.

Por outro lado, 4 dos 134 projetos aprovados na primeira convocatória do POCTEP têm requerido uma *declaração de impacto ambiental*, por realizar alterações no território que podem ter um impacto negativo no ambiente, além disso 3 deles se encontram baixo figuras de proteção (Rede Natura 2000).

Finalmente, um 25,3% dos projetos afirmam que se têm um efeito na luta contra a alteração climática, com um comportamento por eixos é desigual, pois no Eixo 4 não se regista nenhum projeto que favoreça a luta contra a alteração climática, nos Eixos 1 e 2 a percentagem de projetos que sim contribuem é baixa (<15,0%) e só no Eixo 3 se encontra a maior proporção de projetos que efectivamente contribuem à luta contra a alteração climática.

Avaliação do critério de sustentabilidade

Na avaliação dos projetos, pontua com 4 de 100 a contribuição positiva aos princípios horizontais do programa e a integração de elementos ambientais. Este peso do critério considera-se escasso, e assim ter em conta a proporcionalidade da importância estratégica da dimensão para o conjunto do programa. Esta conclusão, alias, reforça a visão das entidades beneficiárias que, em sua maioria, afirmam que os aspectos ambientais devem ser chave nas fases de avaliação e seleção de projetos.

Atualização dos dados ambientais de conformidade com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

É necessário indicar a complexidade da atualização dos indicadores pela falta de referências homogêneas, atualizadas e estáveis que permitam a comparação no tempo das mesmas variáveis. Para os indicadores cujos dados estão mais desatualizados, tem-se proposto outros mais acessíveis e com um banco de dados que contribuam com valores de referência sobre a situação ambiental da região de estudo e conte com atualizações periódicas.

Além disso, é importante resenhar que só um indicador dificilmente pode mostrar a situação e evolução de variáveis que medem realidades afetadas por múltiplas dimensões. Neste sentido, os indicadores propostos só são uma aproximação, que permite avaliar de forma parcial o efeito do Programa no desenvolvimento sustentável.

Tabela 1. Indicadores para o sistema de acompanhamento ambiental do POCTEP 2014-2020

OE	Âmbito	Indicador		Valor refere ¹	Valor atualizado ¹	Meta 2023	Tipo de indicador	
OE. 5B	Gestão e prevenção de riscos	População que se beneficia de medidas de proteção contra as inundações	Nº	322.760	1.058.506	1.938.922	Realização	↑
		População que se beneficia de medidas de proteção contra os incêndios locais		557.431	1.998.214	1.938.922	Realização	↑
	Vegetação, fauna, ecossistemas, biodiversidade	Nº dos incêndios florestais ativos com duração superior a 24h	Nº	209	-	104	Resultado	-
		NI: Nº de incêndios de 1Ha. >	Nº	3.662	3.462	2.197	Resultado	↑
	Paisagem e património cultural e natural	Nº de visitas previstas a lugares pertencentes ao património cultural e natural e atrações subvencionados.	Nº	141.427,0	333.119,0	163.039,0	Realização	↑
	Vegetação, fauna, ecossistemas, biodiversidade	Superfície de habitats subvencionados para atingir um melhor estado de conservação	Ha.	12.950,7	338.585,2	276.683,0	Realização	↑
OE. 6E	Ar, clima	Nº médio de dias/ano concentração atmosférica de ozónio (O ₃) supera os 120 µg/m ³ nas principais cidades da fronteira	Nº	12	-	7	Resultado	-
		NI: Emissões de CO ₂	kt	164.466	179.261	89.631	Resultado	↓
	População e uso sustentável dos recursos naturais	Espaços ao ar livre criados ou reabilitados em zonas urbanas	m ²	1.339,0	102.649,0	142.916,0	Realização	↑
		Capacidade adicional de reciclado de resíduos	Tn	115	9.190	231,0	Realização	↑
OE.6F	População e uso sustentável dos recursos naturais	População adicional beneficiada por uma melhora do fornecimento de água	Nº	0	750	18.006	Realização	↑

Nota 1: Diversos anos.

Fonte: Elaboração própria através do POCTEP, IEA 2018 e outras fontes.

Tabela 2. Indicadores para o sistema de acompanhamento ambiental do POCTEP 2014-2020

OE	ÂMBITO	INDICADOR	Fonte	Medida	Ano atualização	Valor atualizado
OE.6C	PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	Evolução do património histórico protegido (bens imóveis de interesse cultural)	INE estatais	Nº	2016	13.737
OE. 6D	PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	Percentagem de LIC's com Planos de Gestão aprovados	MITECO, INE Portugal	%	2017	40,1
		Grau de naturalidade dos habitats [Escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo)]	Questionário	%	2018	3,10
	SOLO ¹	Superfície de solo afetada pela erosão	MITECO	Nº	2015	34,55
OE.6F	POPULAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	Taxa global de reciclado e avaliados de resíduos de embalagens	MITECO, INE Portugal	%	2010	68,8
		Percentagem de massas de água superficiais em bom ou melhor estado	MITECO	%	2015	56,3
		Percentagem de massas de água subterrâneas em bom ou melhor estado	MITECO	%	2015	55,8
		Capacidade de tratamento de águas residuais urbanas	Urban Waster Water	Nº	2012	821

Fonte: Elaboração própria através várias fontes.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações que a seguir se apresentam, resultantes do processo de avaliação, avaliam-se conforme a três critérios:

Área de Melhora	Recomendação	Viabilidade	Prioridade	Impacto esperado
Implementação do POCTEP	R.1. Simplificação administrativa e flexibilidade no processo de apresentação das candidaturas	Média	Alta	Alto
	R.2. Elaboração de um catálogo de boas práticas em princípios horizontais para melhorar o desenho dos projetos	Alta	Média	Alto
	R.3. Melhora das funcionalidades e interface da plataforma Coopera 2020	Alta	Alta	Alto
	R.4. Melhorar o sistema de notificação com as entidades beneficiárias	Alta	Média	Médio
	R.5. Dotar de mais recursos técnicos e humanos à SC	Média	Alta	Alto
Agentes chave do território	R6. Reforçar as ações de dinamização no território para favorecer novas alianças	Alta	Média	Média
	R.8. Fortalecer a integração da perspectiva de género e igualdade de trato	Alta	Média	Alto
Dados ambientais	R9. Revisar as dimensões de avaliação da contribuição dos projetos ao desenvolvimento sustentável e luta contra a alteração climática	Alta	Alta	Médio
	R.10. Revisar a definição e metodologia dos indicadores da AAE	Médio	Alta	Alto